

## **Desaprendendo com os erros**

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

Só num país em que eleições não são disputadas com base na confrontação de programas alternativos de governo é explicável um clima dominado pela incerteza como o das últimas semanas. É, de fato, ainda um mistério que uso fará, afinal, o presidente da República do capital político acumulado em sua retumbante vitória eleitoral. A política externa não é exceção neste ambiente de incerteza. Ao contrário. Não houve manifestação formal do governo sobre continuidade ou redirecionamento da política anterior. Foram lançados balões-de-ensaio que indicariam reaproximação com Washington e abrandamento da ênfase atual em peculiar vertente de terceiro-mundismo. Mas será mesmo que a política externa vai tomar novos rumos? Não é o que indica a montagem do quebra-cabeças com base em episódios recentes.

Embaixada em Washington - A substituição do embaixador brasileiro nos EUA expôs o governo, e o embaixador, a desgastes totalmente desnecessários. Em vez de tratar o assunto de maneira rotineira, obedecendo às convenções usuais, o governo atuou de forma atabalhoada, como se, por exemplo, o lugar estivesse destinado a algum cacique desgastado por resultados eleitorais adversos. O embaixador Roberto Abdenur, com mais de 40 anos de carreira, ex-secretário-geral do Itamaraty, vinha cumprindo papel importante para manter a credibilidade da diplomacia brasileira nas relações bilaterais com os EUA. O desagrado no Palácio dos Arcos, segundo a imprensa, seria explicado por comentários do embaixador sobre as relações sino-brasileiras, baseados no conhecimento adquirido como representante em Beijing. O embaixador não fez mais do que sublinhar que não deveria haver ilusões quanto ao realismo chinês e que não se acreditasse na extração de concessões gratuitas. O desagrado em Brasília pode ter sido exacerbado pela consciência de que as ambições iniciais quanto às relações Brasil-China foram espetacularmente frustradas. Afinal, o substituto de Abdenur não foi um cacique derrotado, mas um embaixador mais jovem na carreira, afinado com o atual chanceler e com experiência nas negociações do G-4, um grupo de países postulantes a assento permanente na ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas - Alemanha, Brasil, Índia e Japão -, que tiveram suas ambições avariadas pela subestimação das resistências chinesas ao Japão, exatamente o candidato predileto dos EUA. Terá havido algum indício recente de que os EUA tenham interesse no G-4 ou na postulação brasileira? Ou será apenas obsessão com o sonho octogenário de ocupar posição permanente preeminente na principal organização multilateral?

Proliferação nuclear - O secretário-geral do Itamaraty considerou possível, em seminário público, a conjectura de denúncia pelo Brasil de sua adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e citou a Coreia do Norte como exemplo de país que havia adotado tal decisão. Não é a primeira vez que diplomatas brasileiros explicitam agudas crises de banzo em relação aos bons tempos da ditadura militar. Que era ditadura, mas, afinal, mantinha vivos certos objetivos de natureza estratégica que poderiam servir de instrumentos para a afirmação da soberania nacional. Será uma

ponta de inveja da Índia, que, não-signatária, desenvolveu sua capacitação nuclear plena e apresentou o fato consumado à comunidade internacional e, em especial, aos EUA? Mas qual é o país na América do Sul que desempenha papel similar ao do Paquistão nuclear como ameaça à Índia? A simples conjectura de denúncia do tratado é imperdoável num Brasil democrático e comprometido com a paz no continente e no mundo. Em tempo: o desenvolvimento de armas nucleares pelo Brasil é vedado constitucionalmente.

Ponte sobre o Rio Orenoco - Em visita à Venezuela, o presidente Lula prestou-se ao papel de palanqueiro da candidatura Hugo Chávez, aproveitando a ocasião para desancar os banqueiros, as elites políticas e a imprensa brasileiras. O governador Blairo Maggi, presente ao evento, fez comentário preciso: se fosse no Brasil, estaria claramente configurado crime eleitoral. Sem entrar no mérito das críticas, será que alguém em sã consciência pode ter ficado satisfeito com as ações do presidente da República na Venezuela? Foi desempenho que afetou a dignidade do cargo. Também em diplomacia a credibilidade depende, além de seus próprios atos, também dos atos de seus aliados próximos. O que o mundo pensa de Chávez foi recentemente espelhado nas humilhantes derrotas da Venezuela ante a Guatemala para preencher vaga no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Isto a despeito do desgaste dos EUA, cabo eleitoral guatemalteco, atolado no Iraque, com diplomacia desastrada e prepotente. Mas Chávez, em seu discurso prévio nas Nações Unidas, foi tão tresloucado nas acusações a Bush que agiu como eficaz cabo eleitoral do voto anti-Venezuela.

Atoleiro boliviano - Com o governo Lula se esmerando em explicar a cada passo os excessos bolivianos, não está sendo necessário que as autoridades bolivianas esclareçam as suas decisões. Que poderão ter implicações significativas sobre o ritmo de crescimento da economia brasileira, pois afetam as restrições energéticas no médio prazo. Não há justificativa para o modus operandi do governo boliviano quanto à Petrobrás e aos projetos hidrelétricos no Rio Madeira.

A política externa brasileira está fragilizada por uma conjunção de fatores adversos. A pobreza de resultados obtidos no primeiro quadriênio de Lula. O notório enfraquecimento institucional do Itamaraty, refletido na participação explícita do chanceler, que é de carreira, como figurante em palanques na campanha presidencial. O problema mais grave, entretanto, é a incapacidade de aprender com os erros passados.

Marcelo de Paiva Abreu é doutor pela Universidade de Cambridge e professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio